

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.203 - SP (2019/0009755-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE CAMPINAS
COHAB
ADVOGADO : CLIMÉRIO DIAS VIEIRA - SP293521
AGRAVADO : MARIA CRISTINA LORDELO
ADVOGADO : DANIEL PIAZZA MAZZINI - SP216709

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS COHAB, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c adjudicação compulsória. Procedência do pedido. Inconformismo da ré. Não acolhimento. Declaração de quitação e conseqüente cumprimento (outorga de escritura) referem-se a contrato em que não figura a Caixa Econômica Federal como parte contratante, anuente ou interveniente - competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito. Incontroversa a quitação integral das prestações assumidas, atenta contra a função social do contrato negar a escritura definitiva a autora. Eventual saldo residual não coberto pela Caixa Econômica Federal que não pode ser exigido dos mutuários — cláusula contratual expressa nesse sentido. Sentença mantida. Recurso de apelação não provido" (fl. 173e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1º-A, § 1º, da Lei 12.409/11, 3º, §§ 8º e 9º, Lei 10.150/00; e 927 do CPC/2015, alegando, em síntese, que:

"a) Violação da Lei nº 12.409/2011

É da Justiça Federal a competência para o julgamento das causas oriundas de contratos do SM1, nos quais há previsão de contribuição ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Interesse da Caixa Econômica Federal - CEF, administradora do Fundo.

A Lei nº 12.409/2011 autorizou o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, assim sendo, à CEF na qualidade de administradora do FCVS, deve efetivamente assumir

a responsabilidade pelo fundo.

(...)

b) Violação da Lei nº 10.150/2000

No mesmo sentido, houve inobservância da Lei nº 10.150/2000, lei esta que Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, onde declara clara e cristalinamente a CEF como administradora do FCVS.

(...)

No caso em tela, temos um saldo residual ainda não novado pelo FCVS/CEF no valor de R\$ 23.649,17, motivo pelo qual, a CEF deve integrar o polo da ação e consequentemente a Justiça Federal é parte legítima para Julgar o feito, nos termos do artigo 109, I da CF.

Assim, em observância aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes à matéria, compete à Justiça Federal apreciar e julgar ações que envolvam relação jurídica securitária, quando vinculada à apólice pública de contratação obrigatória, no Sistema Financeiro Habitacional - SFH, pois elas são garantidas pelo Fundo de Compensação de Variáveis Salariais - FCVS, cuja administração é atribuída à Caixa Econômica Federal.

Diante dessas considerações, entende a Recorrente que o e. Tribunal 'a quo' ao negar provimento ao Recurso de Apelação por ela interposto, violou o disposto no artigo 1º-A e § 1º da Lei Federal nº 12.409/2011, bem como do disposto no artigo 3º, § 8º e § 9º da Lei Federal nº 10.150/2000" (fls. 161/170e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 195/208e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 209/211e), foi interposto o presente Agravo (fls. 214/220e).

Apresentada a contraminuta a fls. 223/231e.

A irresignação não merece acolhimento.

Em relação à competência para julgar o feito, eis os termos do acórdão recorrido:

"Não pretende a autora provimento algum a respeito de eventual saldo a ser coberto pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), gerido pelo Caixa Econômica Federal, mas sim reconhecimento da quitação das obrigações assumidas por intermédio do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, o que lhe asseguraria a autora a outorga de escritura definitiva.

Ora, considerando que a declaração de quitação e conseqüente cumprimento (outorga de escritura) referem-se a contrato (fls. 20 e seguintes) em que não figura a Caixa Econômica Federal como parte contratante, anuente ou interveniente, não se sustenta a alegação da

ré, ora apelante, de competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito ou, ainda, de que nula a sentença por ausência de intimação da União Federal" (fl. 175e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte agravante, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, **a**, parágrafo único, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora